



Renan confirma mudanças na Comunicação do Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Presidente anunciou que contrato de terceirizados da área será reduzido em 15% e que serão investidos até R\$ 20 milhões na atualização tecnológica da TV Senado

Durante o dia de ontem, diversos senadores se manifestaram sobre a importância da comunicação para a atividade legislativa e pediram que cortes

não prejudicassem o funcionamento dos veículos. Medidas de enxugamento e de investimentos em modernização anunciadas por Renan Calheiros foram elogiadas. **2**

Renan Calheiros (E) lembra que ações integram esforço de racionalização administrativa do Senado, que já reduziu despesas em R\$ 275 milhões

Aprovado projeto que dá incentivos à América do Sul **8**

Gleisi propõe limite de ICMS para baratear banda larga **6**

Servidores aposentados reivindicam correções

Remuneração baseada mais em gratificações do que no salário principal gera queda na qualidade de vida no momento da aposentadoria, segundo debatedores. Mensalidade alta dos planos de saúde também foi criticada. **3**



Gerardo Mogaça/Agência Senado

Paim (D), que sugeriu a audiência, conduz o debate com Aubiérquio Souza Filho, da Geap, e Luís Fernando Silva, da Fenaspas

Internet 4G não prejudica TV aberta, diz Anatel **6**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ao lado de Cyro Miranda, ministro Aldo Rebelo fala na Comissão de Educação: manifestações pacíficas no Mundial

Para Aldo, protesto na Copa será pacífico

O ministro do Esporte, Aldo Rebelo, afirmou no Senado que não existe motivo para pânico. Ele disse acreditar que as manifestações populares durante a Copa

do Mundo, entre junho e julho, não serão violentas. De acordo com o ministro, protestos violentos "são coibidos pela Constituição". **5**

Simon alerta sobre nova regra para contratações públicas

O senador criticou a aplicação do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) a todas as licitações da administração pública,

proposta que deve voltar a ser analisada em Plenário na próxima semana. Para ele, governo quer acabar com a Lei de Licitações. **4**



Marcos Oliveira/Agência Senado

"Estamos quase oficializando a corrupção", lamenta Simon em discurso

Renan anuncia medidas para a Comunicação

Presidente garantiu que a redução dos gastos com terceirizados permitirá que o Senado invista, entre outras ações modernizadoras, na atualização tecnológica da TV Senado

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, confirmou em Plenário ontem que vai promover mudanças na estrutura da Comunicação do Senado. O atual contrato de terceirização de serviços da área, que vinha sendo prorrogado há 17 anos, será encerrado. A intenção é promover um corte de 15% nas despesas, reduzindo em R\$ 5 milhões os atuais R\$ 29 milhões gastos na contratação de cerca de 300 funcionários terceirizados.

Nos últimos dias, a possibilidade de corte mobilizou servidores e senadores, que temiam que demissões prejudicassem o funcionamento da Comunicação. O tamanho do corte e outras medidas acabaram sendo definidas em reunião da Mesa ontem.

Renan garantiu, no entanto, que — com a redução de gastos com custeio, decorrente do enxugamento do contrato — será possível viabilizar investimentos na modernização dos veículos de comunicação da Casa, que



Renan lembra que medidas integram processo de racionalização administrativa

não são feitos há mais de uma década.

— O contrato será reduzido em 15%, o que representará uma economia de quase R\$ 5 milhões ao ano. Com isso, daremos fôlego aos investimentos em modernização — disse.

A economia permitirá, por exemplo, a modernização da estrutura da TV Senado, processo que será conduzido pela Primeira-Secretaria da Casa, comandada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Serão feitos, assegurou Renan, investimentos da ordem de R\$ 15 milhões a R\$ 20

milhões na aquisição de novas câmeras e ilhas de edição — a TV opera hoje com equipamentos da época de sua criação, na década de 1990. A expectativa é de que os equipamentos sejam entregues até o final do ano.

Racionalização

O presidente esclareceu que o corte na contratação de terceirizados da Comunicação faz parte do trabalho de racionalização administrativa do Senado.

Com as medidas tomadas desde que assumiu, contabilizou o presidente, R\$ 275

milhões foram economizados e devolvidos ao governo federal para aplicação em programas sociais.

— Há um relativo superdimensionamento nos quadros da Comunicação Social. Esse contrato da Comunicação, que é o segundo maior do Senado, se prorroga há 17 anos, eivado de vícios, precisa ser enquadrado não apenas na racionalização, mas também na transparência — defendeu.

O “gigantismo” do Senado acaba por prejudicar, na avaliação do presidente, a gestão e os investimentos necessários à modernização da Casa. A intenção, a partir de agora, é gastar menos com custeio e mais com investimento em tecnologia, o que deixou de ser feito nos últimos 18 anos, afirmou Renan.

Os problemas na terceirização, ressaltou o presidente, não são exclusividade da Comunicação, mas estão presentes na instituição como um todo. Segundo ele, os 4 mil terceirizados que havia na Casa quando assumiu a Presidência já

foram reduzidos para 2.960.

Outro anúncio do presidente foi quanto à melhoria dos espaços físicos para as áreas-fim da Casa. Renan esclareceu que o projeto de centralização administrativa foi antecipado e deverá levar para o prédio do extinto Serviço de Assistência Médica e Social do Senado os departamentos administrativos.

Renan também aproveitou o anúncio para agradecer o empenho e a dedicação dos servidores da TV, Rádio, **Jornal** e Agência Senado. Ele ressaltou que os profissionais trabalham com liberdade editorial.

— Eles sabem que nunca houve demanda de senador visando interferir na linha editorial dos veículos da Casa, que operam com a mais ampla liberdade, a maior do seu mercado de trabalho — garantiu.

O presidente avisou ainda que vai aproveitar os aprovados no último concurso feito pela Casa e pedir o retorno dos servidores cedidos a outros órgãos para que recomponham o sistema de Comunicação.

Senadores apoiam investimento e modernização dos veículos

O anúncio do presidente do Senado, Renan Calheiros, de cortes no contrato de terceirização na Comunicação da Casa e de investimentos na parte técnica do setor foi apoiado pelos senadores em Plenário. O vice-presidente, senador Jorge Viana (PT-AC), ressaltou que a modernização e os investimentos previstos para a TV Senado sejam talvez os maiores da história do Senado.

— Vamos sair da era analógica para a era digital. E nós temos que fazer isso porque em 2016 não haverá mais o sinal analógico no país — elogiou.

O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) propôs a criação de um grupo de trabalho para

elaborar um planejamento maior de valorização dos profissionais, modernização dos serviços e qualificação da Comunicação Social, que considerou “instrumento fundamental para o bom exercício do mandato”.

Ruben Figueiró (PSDB-MS) também elogiou a medida tomada por Renan, mas disse esperar que o corte seja feito com atenção a fim de preservar o emprego de tantos trabalhadores que há anos atuam na Casa.

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a realização de um levantamento daqueles profissionais que estão em desvio de função e não estão trabalhando para

aqueles que efetivamente estão sempre à disposição da Casa sejam preservados.

Já Wellington Dias (PT-PI) disse que é importante aproveitar o momento para reconhecer os servidores efetivos da Casa e, em caso de necessidade de pessoal, fazer novos concursos.

Comissões

O presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador Benedito de Lira (PP-AL), interrompeu audiência realizada ontem para manifestar apoio a servidores e trabalhadores terceirizados da Secretaria de Comunicação.

Jornalista com larga experiência, a senadora Ana Amélia

(PP-RS) apontou o papel dos veículos de comunicação da Casa na divulgação das ações legislativas, dizendo que eles garantem transparência às atividades parlamentares. Para Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), possíveis demissões de terceirizados da TV Senado revelam falta de bom senso. O senador Anibal Diniz (PT-AC) defendeu “uma saída sensata que evite, tanto quanto possível, a demissão de pessoas”.

No mesmo sentido, Cyro Miranda (PSDB-GO) destacou o papel da rede de comunicação do Senado na “politização do povo brasileiro”. Pedro Simon (PMDB-RS), por sua vez, lembrou que antes da TV Senado

a Casa dependia de “uma ou duas linhas” das emissoras privadas.

O apoio aos ameaçados de demissão também foi manifestado por Eduardo Suplicy (PT-SP) e Lídice da Mata (PSB-BA).

Primeiro-secretário do Senado, Flexa Ribeiro assegurou que a administração da Casa não adotará medidas que prejudiquem os veículos de comunicação.

— Nenhuma ação da Mesa será feita para reduzir a ação da TV e da Rádio Senado. Vamos fortalecer essa ação, inclusive, com a compra de equipamentos de última geração para digitalizar todo o sistema — garantiu o senador.

Casa volta a limitar salário de servidor ao teto constitucional

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que na folha de pagamento de maio voltará a ser aplicado o teto constitucional à remuneração dos servidores da Casa. De acordo com a Constituição, nenhum servidor pode receber mais do que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) — R\$ 29.462,25.

— Dei essa ordem à Diretoria-Geral, que deve estar ultimando as correções necessárias para que a folha de pagamento a ser gerada já venha extirpada de supersalários — disse Renan.

O Senado deixou de pagar valores acima do teto em outubro. No entanto, em fevereiro, uma liminar do ministro do STF Marco Aurélio determinou a retomada dos pagamentos integrais, acolhendo o argumento de que os servidores afetados não tinham sido ouvidos antes do corte.

Renan disse ter cumprido a determinação de garantir o contraditório aos servidores.

Jornal do Senado recebe hoje prêmio nacional em Florianópolis

O **Jornal do Senado** receberá hoje, em Florianópolis, o Prêmio Nacional de Jornalismo sobre Violência de Gênero, concedido pela entidade feminista Casa da Mulher Catarina. O trabalho premiado é o encarte *O Inferno das Mulheres* (www.senado.leg.br/mariadapenha), publicado em 4 de julho do ano passado.

O objetivo do prêmio é reconhecer os trabalhos jornalísticos que mais contribuíram para conscientizar a sociedade de que a violência contra a mulher é um crime e deve ser prevenida ou punida.

O encarte foi produzido pelos jornalistas do Senado Cintia Sasse e Ricardo Westin.

Além do **Jornal do Senado**, serão premiados a TV Globo, do Rio, o jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, e a Rádio Rio Mar, de Manaus.

O repórter Ricardo Westin fala à Rádio Senado: <http://bit.ly/premioJS>

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

9h A sessão plenária de hoje será não deliberativa, destinada a discursos de parlamentares. A primeira oradora inscrita é a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Inativos do serviço público federal reclamam de corte de gratificações e de reajuste no valor das mensalidades dos planos de saúde durante audiência pública no Senado

Aposentados apontam queda da qualidade de vida

O AUMENTO NO valor das mensalidades dos planos de saúde patrocinados e o rebaiamento da renda devido ao corte de 50% das gratificações recebidas no período da ativa são causas do empobrecimento dos aposentados do serviço público federal. As queixas foram feitas em audiência da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ontem. A reunião foi sugerida por Paulo Paim (PT-RS).

Diretora da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), Cleuza Faustino do Nascimento defendeu o retorno da paridade salarial entre aposentados e servidores da ativa. Também pediu o fim da valorização das gratificações para melhorar o salário básico. Quando o servidor se aposenta, só incorpora ao pagamento 50% das gratificações recebidas.

Lúis Fernando Silva, assessor

jurídico da Fenasps, salienta que o modelo das gratificações existe em diversos órgãos. No Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), 70% dos salários já seriam vinculados à gratificação de desempenho, sendo apenas de 30% a remuneração básica. Nesse caso, a renda do servidor cai 35% assim que se aposenta.

Desempenho fiscal

Segundo o assessor, a “onda” das gratificações começou no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Com a medida, assinalou, o governo busca, em parte, canalizar recursos para os servidores na fase ativa e, por outra, melhorar o desempenho fiscal.

— Buscar o equilíbrio fiscal é importante, mas estão exacerbando nas gratificações.

Sobre os planos de saúde, Silva disse que cerca de 500 mil “vidas”, entre servidores contribuintes e dependentes, estão vinculados à Geap

— Fundação de Seguridade Social. Ele criticou a decisão da entidade de mudar a forma de custeio dos planos: no lugar do sistema de contribuição solidária, na qual quem menos usa financia os que mais utilizam, adotou regime com base na idade e faixa salarial.

— Ora, isso significa expulsar os mais velhos — disse o assessor, destacando o impacto negativo para quem ocupa as faixas mais altas de idade.

A revisão dos valores das mensalidades começou em 2012, segundo Silva. Depois, afirmou ele, servidores e aposentados passaram a enfrentar grandes dificuldades para pagar os planos. Citou o caso de um servidor do Ministério da Saúde, com salário ao redor de R\$ 2 mil mensais, que de repente se viu obrigado a destinar R\$ 1,2 mil apenas para manter o plano.

— É por isso que tem muita gente deixando o sistema para engrossar as fileiras do SUS.

Reajuste nos planos foi menor que o necessário, afirma interventor

Aubiérgio Barros de Souza Filho, interventor da Geap, disse que a revisão do modelo dos planos de saúde foi necessária por causa do desequilíbrio atuarial. Na época, frisou, o patrimônio negativo chegava a R\$ 57 bilhões.

Segundo Souza Filho, estudos indicaram a necessidade de um reajuste de 17%, mas foi adotado 12%. Além dis-

so, foram aplicados valores relativamente maiores para os mais jovens.

O interventor esclareceu que o plano mais caro hoje custa R\$ 524,95 e ainda se deduz a contribuição do governo. Em relação ao servidor que estaria pagando R\$ 1,2 mil por mês, nesse valor também devem constar contribuições de dependentes.

Secretária diz que distorções nas gratificações serão corrigidas

Pelo Ministério do Planejamento, a secretária de Gestão Pública, Ana Lúcia Amorim de Brito, afirmou que as gratificações são uma parcela variável da remuneração para estimular a “melhor entrega de serviços”. Mas reconheceu a existência de “discrepâncias” na aplicação do sistema e revelou que já há iniciativa para correção

gradativa das distorções.

A secretária disse que o Executivo federal tem hoje 400 mil aposentados e que, nos próximos anos, outros 200 mil servidores poderão se aposentar. Entre os avanços, ela destacou a universalização do auxílio-previdência, que até poucos anos era restrito a alguns órgãos.

Paim pede ao governo que leve em conta as reivindicações

Paim, que compartilhou a direção dos trabalhos com Waldemir Moka (PMDB-MS), disse que o debate mostrou a realidade dos aposentados. Ele apelou à Geap e ao Ministério do Planejamento que levem em conta as reivindicações. Ele deu oportunidade para alguns aposentados se manifestarem. Maria Noeme de Jesus, 64 anos, disse não há

como se falar em qualidade de vida sem ter condições de comprar comida e remédio.

Sobre o plano de saúde do Geap, ela disse que nem sempre se encontram serviços de saúde conveniados e que, mesmo ganhando muito mal, o aposentado ainda precisa arcar com parcela do custo cobrado, em decorrência das regras de coparticipação.



Entre Luís Fernando Silva e Ana Lúcia Amorim de Brito, Waldemir Moka preside debate na Comissão de Assuntos Sociais

PEC permite que magistrado ganhe acima do teto

Juízes, procuradores e promotores de Justiça poderão ganhar acima do teto constitucional. Uma proposta de emenda à Constituição com essa previsão (PEC 63/2013) chegou a constar da pauta de anteontem da Comissão da Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mas foi retirada por um pedido de vista coletiva encabeçado por Humberto Costa (PT-PE).

De Gim (PTB-DF), a PEC concede aos membros da magistratura e do Ministério Público o direito a uma parcela mensal de valorização por tempo de exercício. O projeto original atribuía a essa parcela caráter indenizatório, evitando que a soma dela aos subsídios ultrapassasse o teto, hoje fixado em R\$ 28 mil.

O relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), apresentou um substitutivo que elimina essa caracterização e explicita que

o benefício não se sujeita ao teto previsto na Constituição.

Pelo substitutivo, a parcela será calculada na razão de 5% do subsídio a cada cinco anos de exercício em atividade jurídica, até o máximo de 35%. Poderá ser contado o tempo em cargos públicos de carreiras jurídicas e na advocacia. Os beneficiários poderão usar o tempo de exercício anterior à data da publicação da emenda constitucional para o cálculo.

A justificativa da PEC é que a remuneração dessas categorias por subsídios criou uma situação de quebra de isonomia, por tratar igualmente os de situação desigual — no caso, remuneração uniforme para servidores com diferentes tempos de serviço.

Como consequência, nos últimos anos, mais de 600 magistrados deixaram os cargos e 4 mil cargos de juiz estão vagos, “justamente por ser

desestimulante o exercício da magistratura”, como assinala o autor da proposta.

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou voto em separado pela rejeição da proposta. Após afirmar que há diversas carreiras remuneradas por subsídios, como diplomata, defensor público e policial federal, ele questionou o fato de só o tempo de serviço pretérito dos juízes, promotores e procuradores ter valorização pecuniária.

— Implicaria criar gravíssimos precedentes, que gerarão pressões corporativas que levarão ao solapamento do subsistema remuneratório dos servidores.

Humberto disse ter obtido do governo o compromisso de chamar as entidades do Judiciário e do Ministério Público para “encontrar um denominador comum.” O texto pode ser votado na quarta.



Pelo substitutivo de Vital do Rêgo, o benefício não está sujeito à Constituição

Adiada votação da PEC das Defensorias Públicas

Ficou para a próxima semana a análise de duas PECs que constavam da ordem do dia de quarta-feira. O Plenário do Senado deve analisar, na terça-feira, a PEC 4/2014, a PEC das Defensorias, que fixa prazo de oito anos para que a União, os estados e o DF dotem todas as comarcas de defensores públicos.

O relator da matéria na CCJ, Romero Jucá (PMDB-RR), concordou com o adiamento por falta de quórum.

Também está prevista para terça a PEC 11/2014, que inclui no quadro em extinção do governo federal servidores admitidos nos antigos territórios do Amapá e de Roraima entre 1988 e 1993, período em que transformaram-se em estados.



Pedro Simon sugeriu aos outros senadores que não tratem do RDC na simples perspectiva de governo versus oposição

Para Simon, extensão do RDC pode favorecer corrupção

Senador foi relator do projeto que originou a atual Lei de Licitações, que, como lembrou, foi fruto de longas discussões com a sociedade. MP 630, disse, traz mudança na calada da noite e “quase oficializa a corrupção”

PEDRO SIMON (PMDB-RS) criticou na quarta-feira a proposta de aplicação do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) a todas as licitações e contratos da administração pública. A mudança está prevista em projeto resultante de alterações na Medida Provisória 630/2013, que foi discutido por quatro horas em Plenário, mas teve a votação adiada por falta de quórum. A continuação da análise deve ocorrer na próxima semana.

Simon foi relator, no Senado, do projeto que resultou na atual Lei de Licitações (Lei 8.666/1993). Para o senador, com a mudança prevista na MP 630, o governo quer acabar com a lei, que foi fruto de longo debate com a sociedade durante anos de tramitação no Congresso.

— Isso nós estamos mudando na calada da noite, de uma hora para a outra, em clima de festa no mundo, em clima de

Copa do Mundo. Eu diria que, de certa forma, estamos quase oficializando a corrupção — lamentou.

O RDC foi criado em 2011 para tornar mais ágeis as licitações de obras ligadas à Copa de 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016. Com o tempo, o uso do regime foi estendido a outras áreas, como a educação, por meio de medidas provisórias. O texto original da MP 630 apenas estendia o uso do regime a obras em presídios. A possibilidade de aplicação do RDC a todas as obras do governo foi uma sugestão da relatora, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), já aprovada por uma comissão mista e pela Câmara.

Mudanças

Entre as vantagens que a atual Lei de Licitações promoveu quando aprovada, Simon citou a queda nos preços das obras. Para ele, a lei teve como

avanço a livre concorrência, já que eliminou exigências descabidas na fase de habilitação.

Na opinião do senador, caberia apenas um aprimoramento da Lei 8.666. Uma comissão do Senado chegou a elaborar, no ano passado, uma proposta de modernização da Lei de Licitações. Entretanto, com a chegada da MP 630 ao Congresso, a discussão acabou sendo dominada pelo RDC.

— A atual Lei de Licitações, embora não seja a ideal, contém avanços que é necessário que sejam preservados. Caberia, creio que sim, aprimorá-la, melhorá-la em aspectos pontuais — argumentou Simon.

O senador sugeriu aos colegas uma reflexão sobre o projeto. Para ele, o tema não deve ser tratado do ponto de vista governo versus oposição, mas sim de acordo com a consciência de cada um e com o que eles esperam para o futuro do país.

Senadores e prefeitos discutem aumento de repasses para o FPM

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, acompanhado de Jorge Dantas, presidente da Associação dos Municípios Alagoanos, estiveram ontem no Senado para pedir a votação da Proposta de Emenda à Constituição 39/2013, que aumenta o repasse para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Eles foram recebidos pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

Hoje o FPM é formado por 22,5% mais 1% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A proposta determina o índice em 22,5% mais 2%. Segundo o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Vital do Rêgo (PMDB-PB), o relatório de Armando Monteiro (PTB-PE) sobre a PEC entrará na pauta da CCJ na quarta-feira. Vital adiantou que o relator vai sugerir a aplicação progressiva dos 2%.

Renan disse aos prefeitos que a votação da PEC “precisa ser construída de forma responsável no Senado”. O go-

verno federal argumenta que uma decisão que implique aumento da despesa poderá impactar o superávit primário.

Segundo Ziulkoski, os municípios perderam R\$ 77 bilhões do FPM por causa das renúncias fiscais feitas pela União.

— Em pouco tempo, os prefeitos virão a Brasília devolver os programas sociais porque não terão dinheiro para arcar com eles — disse.

Os prefeitos também pediram a tramitação urgente do PLS 386/2012 — Complementar, que modifica o Imposto sobre Serviços (ISS). Renan disse que, se os deputados já tivessem votado outro projeto, o PLS 281/2012, que regula compras pela internet, haveria mais recursos para os repasses aos municípios.

Outra preocupação apresentada pelo presidente do Senado é a possibilidade de mudanças na PEC do Orçamento Impositivo (PEC 358/2013).

— Se os deputados fizerem qualquer mudança agora, o projeto retorna ao Senado. Corremos o risco de não ter recurso nenhum para a saúde — disse.



Renan Calheiros (D) recebe Paulo Ziulkoski, presidente da CNM, e prefeitos

Paim cobra redução de dívidas de estados e municípios

Paulo Paim (PT-RS) leu em Plenário carta assinada por representantes de várias entidades, empresários, lideranças e pela Prefeitura de São Paulo pedindo a revisão imediata das condições de pagamento da dívida do município.

A carta explica que 95% do saldo da dívida de São Paulo é decorrente do contrato de refinanciamento com a União. A prefeitura paga prestação mensal equivalente a 13% da própria receita.

Em pouco mais de 13 anos, já foram pagos cerca de R\$ 22 bilhões, e o saldo devedor subiu mais de R\$ 58 bilhões, situação definida como “insustentável e impagável”.

Para Paim, o pedido de São Paulo vai ao encontro dos anseios do povo gaúcho. Ele defendeu o PLC 99/2013, que troca o indexador das dívidas dos estados e municípios e reduz os juros anuais. Paim criticou a demora na votação da matéria.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senador apoia expansão da Uergs para o interior

Paulo Paim (PT-RS) destacou, na quarta-feira, a importância da expansão da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) para municípios do interior do estado. Segundo ele, a universidade, ao longo de sua história, sempre teve o olhar voltado para os mais necessitados e colabora para o desenvolvimento econômico das diferentes regiões do estado.

O senador comemorou a realização, no próximo sábado, em Montenegro, do ato de lançamento do fórum regional para consolidação da universidade no município e lembrou que sempre defendeu o fortalecimento da universidade.

Segundo ele, o fórum vai agregar todas as iniciativas que visam fortalecer a Uergs-Montenegro e buscar meios para a ampliação do campus.

— A Uergs tem como missão promover o desenvolvimento regional sustentável através da formação de recursos humanos qualificados, da geração e da difusão do conhecimento — disse.

Governo de Sergipe enfrenta grave crise, afirma Amorim

Último a discursar em Plenário quarta-feira, o senador Eduardo Amorim (PSC-SE) afirmou que o governo do estado de Sergipe passa por uma “grave crise de credibilidade”.

— Sergipe passa por um desgoverno jamais visto em toda a nossa história — disse.

De acordo com o senador, há “caos” em todos os serviços públicos do estado, principalmente na segurança pública, na educação e na saúde. O senador disse que Sergipe já é um dos estados mais violentos do país e é o quarto estado em que a violência mais cresceu nos últimos anos.

— Muitas das escolas públicas sergipanas têm os piores números no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do país. Além disso, muitas indústrias do estado demitiram milhares de trabalhadores — relatou.



Moreira Moritz/Agência Senado

Ana Amélia pede aprovação de normas contra incêndio

Ana Amélia (PP-RS) defendeu a aprovação do projeto de autoria dela que trata da proteção e da prevenção de incêndios, instituindo novas normas sobre segurança para evitar tragédias (PLS 121/2014).

A senadora disse que, esta semana, em menos de 72 horas foram registradas 10 graves ocorrências em diversos municípios. Ela citou um incêndio no centro comunitário de Viamão (RS) e outros em Uberlândia (MG) e nas cidades paulistas de Lins e Ribeirão Preto.

Ana Amélia também mencionou a tragédia na boate Kiss, na cidade gaúcha de Santa Maria, onde, no início do ano passado, mais de 240 jovens morreram.

O projeto da senadora está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde terá votação final.

— Mais do que punir envolvidos em incêndios, é preciso também uniformidade e coordenação quanto aos poderes da polícia administrativa para todos os bombeiros do Brasil — afirmou.

Em audiência no Senado, Aldo Rebelo afirmou que não há motivo para pânico porque manifestações violentas são proibidas por lei

Ministro do Esporte diz que protestos durante a Copa serão pacíficos

O MINISTRO DO Esporte, Aldo Rebelo, afirmou ontem no Senado que não é preciso haver pânico quanto aos protestos que deverão ser organizados durante a do Copa do Mundo, entre junho e julho. Ele disse crer que as manifestações não serão violentas.

— Muitos propagam que as manifestações são o fim do mundo. As manifestações pacíficas são protegidas pela Constituição. Não há por que temer as manifestações pacíficas. As manifestações violentas são coibidas pela Constituição, são proibidas por lei — disse Aldo, durante audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O ministro do Esporte lembrou que a Organização das Nações Unidas (ONU), o Comitê do Prêmio Nobel da Paz, o papa Francisco e a própria Fifa manifestaram o desejo de que a Copa seja um momento de luta pela paz.

— A população brasileira, que tem essa vocação e essa tradição, também estará engajada nesse processo. As manifestações que acontecerem serão pacíficas.

Ele citou o exemplo do último Carnaval, quando o Rio de Janeiro, Salvador e Recife receberam juntos 6 milhões de visitantes.

— Não há, portanto, por que haver qualquer tipo de pânico para a recepção de 3 milhões



Aldo Rebelo se mostrou favorável à venda de bebidas alcoólicas nos estádios, em audiência presidida por Cyro Miranda

de turistas brasileiros e 600 mil turistas estrangeiros.

Legado

Para Ana Amélia (PP-RS), a Copa deixará um grande legado para o Brasil. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) concordou:

— Aquelas obras [de mobilidade urbana e infraestrutura] que não ficaram prontas até a Copa virão. Na minha cidade [Manaus], elas virão. Os problemas estão sendo resolvidos.

O presidente da Comissão de Educação, Cyro Miranda (PSDB-GO), criticou os atrasos de obras em estádios e aeroportos para a Copa, o fechamento do Museu do Ipiranga, em São Paulo, e a falta de investimento em tecnologia da informação. Ele

disse ter medo de que o país não deixe uma boa imagem.

Em relação aos aeroportos, o ministro Aldo Rebelo disse que a maioria já tinha obras de ampliação anteriormente planejadas, que foram adiantadas por causa da Copa.

— Não eram obras para a Copa, porque já havia um planejamento para a ampliação desses aeroportos por causa da ampliação da demanda dos serviços aeroportuários — explicou.

Bebida alcoólica

O ministro afirmou ser a favor da comercialização de bebidas alcoólicas nos estádios durante o Mundial, liberada pela Lei Geral da Copa (Lei 12.663/2012).

— Eu sou a favor da comercialização nos estádios

porque isso não fere nenhum princípio, nenhuma cláusula da Constituição. Eu não vejo sentido em proibir, dentro dos estádios, em um evento privado, algo de que as pessoas fazem uso legalmente — respondeu o ministro.

Na opinião de Ana Amélia, que foi relatora do projeto da Lei Geral da Copa, a proibição de bebida alcoólica seria ruim para a credibilidade do país, que fez um contrato com a Fifa. Uma fábrica de cervejas é uma das patrocinadoras oficiais do Mundial e terá exclusividade de venda nos estádios.

— Romper unilateralmente um contrato internacional coloca em risco a própria credibilidade do país em uma situação dessas — argumentou Ana Amélia.

Jorge Viana: muitos dos que boicotam Mundial estão desinformados



Jorge Viana (PT-AC) disse que, embora as manifestações contra a Copa do Mundo sejam legítimas,

existe muita desinformação sobre os gastos do governo. O senador acredita que isso ocorre pela vinculação da Copa com as eleições.

Segundo ele, não é correta a informação de que o governo gastou R\$ 17,6 bilhões com os estádios. Viana explicou que esse dinheiro, na verdade, foi todo investido em obras de infraestrutura e de mobilidade urbana.

O senador disse que apenas R\$ 8 bilhões foram investidos nos estádios.

— Alguns boicotam a Copa alegando que querem um Brasil melhor, mas acho que fazem do jeito errado — disse.

Figueiró: brasileiros não vão esquecer Petrobras durante o campeonato



O senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) afirmou que “o Brasil viverá intensas emoções” no mês que

vem com o início da Copa, mas acrescentou que a distração proporcionada pelos jogos não levará os brasileiros a esquecerem dos problemas do país ou das denúncias que envolvem a Petrobras.

— Muitos estão imaginando que, com a Copa, a pauta em torno das mazelas da Petrobras será esquecida e que a CPI da Petrobras será um assunto secundário. Mas a sociedade brasileira sabe o que lhe interessa e saberá olhar com senso crítico quem são os oportunistas do momento — disse o senador, considerando a Petrobras como vítima de uma “ação antipatriótica”.

Anibal Diniz: evento trará benefícios sociais e econômicos ao país



Anibal Diniz (PT-AC) afirmou ontem que a Copa do Mundo deixará um legado aos brasileiros que não se limitará à

expansão de aeroportos e à construção de novos estádios de futebol. O legado, disse o senador, deve abranger também a expansão da tecnologia 4G e outras áreas. Ele afirmou que micros e pequenos empresários contabilizam novos negócios graças ao evento, que deve gerar 3,6 milhões de empregos no país, de acordo com estudo encomendado pela Fundação Getúlio Vargas.

Anibal ressaltou que a Copa fará um grande bem ao Brasil:

— A verdade é que os investimentos [na Copa] vão gerar novos recursos para transporte, saúde e educação — disse.

Na Bahia, subcomissão debate falhas no uso do espaço urbano

A mobilidade urbana e o direito ao espaço urbano foram os temas centrais da audiência pública realizada ontem em Salvador pela Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.

O presidente da subcomissão, Inácio Arruda (PCdoB-CE), disse que a mobilidade urbana continua sendo o calcanhar de aquiles das grandes cidades. Segundo ele, a questão da terra urbana apareceu com força no debate em Salvador:

— Continuar com essa permissividade de se construir 10, 15 ou 30 andares não contribui com a cidade. Cria-se aquela mais-valia social terrível que não retorna para a cidade — afirmou.

A subcomissão já debateu a reforma urbana em Curitiba, Porto Alegre, Fortaleza e Natal.

— Em Salvador, ligamos a mobilidade ao planejamento da cidade e à necessidade de instrumentos mais fortes de controle urbano — acrescentou o senador.

Participaram do debate, feito na Câmara de Vereadores de Salvador, mais de 40 pessoas, como representantes dos conselhos regionais de engenharia, arquitetura, geologia, deputados federais e estaduais, vereadores e líderes comunitários.

Os próximos debates da subcomissão, ligada à Comissão de Infraestrutura (CI), serão em Goiânia, em Belo Horizonte e no Rio.

Procuradora da Mulher do Senado condena machismo no futebol

À frente da Procuradoria Especial da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) divulgou nota condenando machismo con-

tra a bandeirinha Fernanda Colombo no jogo entre Cruzeiro e Atlético-MG.

— A procuradoria estará atenta contra o machismo — disse.

Veja a íntegra da nota

A Procuradoria Especial da Mulher do Senado reforça o repúdio ao machismo que persiste na sociedade brasileira e se manifesta das mais variadas formas em todos os campos, como no esporte, especialmente no futebol.

Desta vez, a vítima do preconceito e da discriminação foi a bandeirinha Fernanda Colombo Uliana. Ela foi alvo de comentários machistas por ter errado na arbitragem do jogo desse fim de semana em que o Cruzeiro foi derrotado por 2 a 1 pelo Atlético-MG. A assistente do árbitro marcou de forma equivocada um impedimento do ataque do Cruzeiro. O árbitro principal da partida, um homem, também errou. Por essa razão, os dois foram criticados pelo diretor de Futebol do Cruzeiro, Alexandre Mattos. No caso de Fernanda, o dirigente argumentou que ela não seria capaz de suportar a pressão em jogos importantes e chegou a aconselhá-la a “posar nua”.

Errar é comum na arbitragem, afetando o resultado de jogos. A procuradoria é solidária à profissional e não aceita que sua atuação seja questionada de forma machista e preconceituosa. Conforme o Atlas do Esporte no Brasil, 400 mil mulheres praticam o futebol regularmente. Apesar da evolução do número de mulheres nessa modalidade, ainda há grandes desafios para garantir a igualdade de gênero e o respeito nesse esporte.

Condenar esse tipo de prática é fundamental para garantirmos que as mulheres se consolidem no mercado de trabalho em todas as áreas e não tenham a atuação profissional criticada de forma discriminatória. As críticas dirigidas às mulheres devem se basear em seu desempenho profissional.

A Procuradoria Especial da Mulher do Senado estará cada vez mais atenta e engajada na luta diária contra o machismo e o preconceito para evitar retrocessos em nosso país.

Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Procuradora da Mulher do Senado



Aníbal Diniz (3º à esq.) foi um dos proponentes da audiência pública na CCT, que contou com especialistas do setor

Anatel garante que 4G não prejudicará a TV aberta

Uso da nova geração de internet na faixa de 700 MHz passou bem em testes de interferências, segundo presidente da agência reguladora. Outros debatedores, porém, não confiam na compatibilidade dos sistemas

O CONSELHEIRO E presidente substituto da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Jarbas Valente, garantiu ontem que a expansão da internet de quarta geração (4G) no Brasil pode ser feita sem prejuízo às transmissões de TV aberta. Com base em uma série de testes, ele informou ser possível adoção de medidas técnicas para impedir interferências nos sistemas.

Valente foi um dos participantes de audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) sobre as consequências do uso da banda de frequência de 700 MHz — atualmente ocupada pela TV aberta — para a expansão da internet 4G. No dia 2, a Anatel publicou a proposta de edital para a licitação da faixa, que ficará em consulta pública por 30 dias, e a previsão é de que o leilão seja feito em 30 de agosto.

O pedido de audiência foi feito por Walter Pinheiro (PT-BA) e Aníbal Diniz (PT-AC), que consideram importante o tema ser debatido no Congresso Nacional, visto que a TV aberta alcança 96% da população brasileira.

O presidente da Anatel admitiu que todo serviço de telecomunicações está sujeito a interferências, mas informou que nenhum país fez tantos testes como o Brasil. Segundo ele, empresas como TV Globo, TV Record, Oi, Huawei e

Qualcomm participaram de simulações que envolveram os piores cenários possíveis:

— O mundo demanda mais banda para celulares. O Brasil já passou de um celular por pessoa — afirmou.

Segundo Valente, serão tomadas medidas de atenção social e precaução, como a distribuição de filtros de recepção de TV para cada família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais.

Desconfiança

Outros participantes da audiência, porém, acreditam que as condições de convivência entre os sistemas ainda não estão asseguradas. A representante do Conselho de Comunicação Social do Congresso, Liliana Nakonechny, chegou a pedir o adiamento do leilão.

— Já enviamos um ofício ao presidente do Senado, Renan Calheiros, pedindo que não seja feito o leilão — informou.

O diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil), Eduardo Levy, questionou a eficiência dos testes e disse que certas interferências só serão eliminadas afastando o aparelho celular da TV.

O presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Daniel Slavieiro, disse que os equipamentos usados nas

simulações da Anatel eram protótipos, com desempenhos superiores aos de aparelhos no mercado. Além disso, segundo ele, no Brasil, a maioria de recepção de TV aberta é feita por antenas internas, mas as soluções adotadas não contemplam esse tipo de aparelho.

— A população vai ter que migrar para antenas externas, pois só o filtro não resolveria.

Valente garantiu que não foram usados protótipos, mas aparelhos nos padrões em uso.

— Temos absoluta convicção de que não há necessidade de testes adicionais — afirmou.

Aluizio Bretas, do Conselho Superior da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), disse que a entidade também fez testes e concluiu que as interferências da TV digital não foram suficientes para afetar a banda larga móvel aos usuários.

Pinheiro chamou a atenção para a importância do assunto.

— Não estou preocupado com quanto será a arrecadação do leilão, mas como garantir a cobertura universal e a expansão dos serviços — afirmou.

O assunto voltará a ser debatido no dia 5, quando haverá audiência no Senado com o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, informou Aníbal. Além disso, a Anatel tem três audiências públicas agendadas: 19 e 20 de maio, em Brasília, e 22 de maio, em São Paulo.

Gleisi Hoffmann propõe teto de ICMS para banda larga

Gleisi Hoffmann (PT-PR) anunciou ontem, em Plenário, proposta de autoria dela que limita em 10% a alíquota do ICMS sobre os serviços de internet em banda larga fixa. Ela sublinhou que o custo do acesso é o maior obstáculo à disseminação da banda larga e disse esperar que a redução do imposto leve ao barateamento do serviço de internet. Atualmente as alíquotas variam de 25% a 35% nas 27 unidades da Federação.

A senadora também disse considerar necessário aumentar a oferta de banda larga e aumentar a velocidade média do acesso. Ela citou estatísticas que associam a disponibilidade de internet rápida com a elevação do PIB em países emergentes. Gleisi saudou os investimentos do governo em ampliação da infraestrutura de rede.

“O resultado da medida será muito significativo. Estima-se que o preço dos

acessos sofreria uma redução aproximada de R\$ 10 em média. Essa redução tem o condão de aumentar a penetração do acesso em até 2 milhões de assinaturas de banda larga fixa”, afirmou.

Segundo ela, o governo federal está se esforçando para ampliar a banda larga no país. Até 2018, serão investidos R\$ 16 bilhões no setor. “Mesmo assim, o serviço ainda é caro e lento, se comparado aos principais países”, finalizou.



Senadora diz que o governo vai investir R\$ 16 bilhões até 2018

STF julgará lei dos royalties no dia 28, anuncia Wellington Dias

Wellington Dias (PT-PI) anunciou que o Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para o dia 28 o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade contra a lei sobre a distribuição dos royalties do petróleo. Ele explicou que a lei, em vigor desde março do ano passado, destina o dinheiro dos royalties e da participação especial do petróleo do pré-sal para todos os estados e municípios. A distribuição será feita de acordo com a população e a renda per capita e os recursos deverão ser investidos em educação, saúde e segurança pública.

Segundo Wellington, por causa da ação de inconstitucionalidade, a aplicação da lei foi suspensa.

— Agora, com o julgamento, esperamos que ela seja considerada uma lei constitucional, legal e que possamos ter as condições de entrar em funcionamento. Meu estado deixou de rece-

ber, nos últimos 12 meses, cerca de R\$ 360 milhões. E isso faz uma falta muito grande para os investimentos públicos, especialmente na segurança, na saúde, na educação — afirmou.

O senador informou também que a presidente Dilma Rousseff visita hoje o Piauí. Ela deverá anunciar algumas medidas em favor do estado, como a garantia de dinheiro para pagamento dos contratos referentes a manutenção e reforço do Programa Luz para Todos no estado.

No mesmo discurso, o senador aproveitou para informar que a cajuína, bebida sem álcool típica do Nordeste brasileiro, é o mais novo patrimônio cultural nacional. Ontem, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) aprovou o registro de patrimônio cultural brasileiro da produção tradicional e práticas socioculturais associadas à cajuína do Piauí.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzon, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Debatedores defendem manutenção de área da Embrapa Cerrados no DF

Governo distrital, no entanto, alega que a área é de uso urbano e quer construir um conjunto habitacional. Senadores pedem bom senso

SE O GOVERNO do Distrito Federal (GDF) implementar projeto para construção de conjunto habitacional em parte da área hoje ocupada pela Embrapa Cerrados, estará colocando em risco nascentes de importantes bacias hidrográficas e levando à destruição experimentos desenvolvidos há pelo menos 35 anos no local.

O alerta foi feito pelo Ministério Público e por pesquisadores da Embrapa durante audiência pública ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Conforme lembrou Cristina Montenegro, promotora de Justiça do Distrito Federal, a região onde está localizada a unidade de pesquisa é denominada Águas Emendadas por concentrar nascentes que dão origem às Bacias do Tocantins e do Paraná-Prata.

Para ela, a manutenção da área com a Embrapa ajuda o governo a preservar os recursos hídricos e a empresa a manter pesquisas para exploração sustentável do Cerrado.

O chefe-geral da Embrapa Cerrados, José Roberto Peres, e a pesquisadora Ieda Mendes explicaram aos senadores que o local foi escolhido por ser representativo do relevo, dos solos e da vegetação do Cerrado. Conforme disseram, os experimentos ali desenvolvidos geraram conhecimentos que viabilizaram o crescimento



Rodrigo Rollemberg (C) preside a audiência da CRA sobre a construção de habitações em área da Embrapa Cerrados

da produção agropecuária na região central do país.

Desde a criação da Embrapa, frisaram, a área cultivada na região cresceu 31% e a produção aumentou 366%.

— Se formos para outra área, vamos começar do zero — explicou Ieda Mendes.

Interesse social

Conforme Paulo Valério Silva Lima, da Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do GDF, o governo elaborou projeto para construir habitações no local porque o Plano Diretor de Ordenamento Territorial indicou a área como de uso urbano e de interesse social.

Ele disse que o empreendimento deverá ocupar 10% da

área hoje ocupada pela Embrapa e atenderá uma população que já vive na região e ainda não dispõe de moradia.

— Estamos falando de uma área que pertence ao conjunto da sociedade do Distrito Federal — disse.

De acordo com Luciano Queiroga, da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap), o déficit habitacional do DF é de 450 mil famílias e o governo também está desenvolvendo projetos habitacionais em outras regiões, mas não dispõe de outra área de tamanho semelhante que já não esteja ocupada.

Bom senso

Para os senadores Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Ana

Amélia (PP-RS), autores do requerimento para realização do debate, a construção de moradias na área da Embrapa Cerrados seria uma demonstração de falta de bom senso do governo do Distrito Federal.

O senador considerou equivocada qualquer tentativa de colocar em oposição a pesquisa agropecuária realizada pela Embrapa e a construção de moradias, ambas consideradas importantes e relevantes.

Após ouvir os representantes do GDF e concluir que o governo se mantém firme na disposição de fazer o conjunto habitacional, Ana Amélia fez nova tentativa de entendimento, mas também reafirmou sua confiança no Ministério Público e na Justiça.

MP com Refis da crise passa em análise de comissão mista

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 638/2014 aprovou na quarta-feira o relatório do deputado Gabriel Guimarães (PT-MG) ao texto. A medida provisória perde a validade em 2 de junho e ainda precisa passar pelos Plenários da Câmara e do Senado.

O relator incorporou a ampliação do parcelamento de débitos tributários (o chamado de Refis da Crise — Leis 11.941/2009 e 12.249/2010) para débitos que venceram até 31 de dezembro de 2013.

A adesão ao Refis deve ser feita até 31 de agosto de 2014.

O parcelamento em andamento incorporou dívidas existentes até 2008. O Refis tinha sido inserido na MP 627/2013, que muda a forma de tributação dos lucros obtidos por multinacionais brasileiras advindos de suas controladas no exterior, mas foi vetado pela presidente Dilma Rousseff.

O Refis incorporado no texto do relator é diferente do vetado por Dilma.

(Da Agência Câmara)



Gim preside comissão que acatou relatório do deputado Gabriel Guimarães



Ao lado de Ana Amélia, Wellington Dias apresenta relatório à MP 636/2013

Comissão mista aprova perdão de dívidas de lotes de assentados

A comissão mista que analisa a MP 636/2013 aprovou ontem o relatório de Wellington Dias (PT-PI). A MP zera dívidas relativas aos créditos de instalação concedidos a assentados da reforma agrária entre 1985 e 2013 pelo Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (Incra), além de conceder linha especial de crédito para as famílias incluídas no Programa Nacional de Reforma Agrária.

Wellington aceitou emenda do deputado Assis Carvalho (PT-PI) para permitir a regularização de lotes de pequenas

propriedades, localizadas nos entornos das áreas urbanas.

Um dos pontos mais polêmicos era a exigência da titularidade do lote para ter direito à propriedade da casa construída. O relatório aprovado estabelece novas regras para titulação das áreas de reforma agrária, prevendo a gratuidade do título de concessão do direito real de uso ou a aquisição do título definitivo, por meio de pagamento.

Wellington acredita que na próxima semana a MP seja votada pelo Plenário da Câmara.

Dilma veta projeto que livra máquinas agrícolas de registro

O projeto que desobriga máquinas agrícolas do registro e licenciamento anual, aprovado pelo Senado e pela Câmara, foi totalmente vetado pela presidente Dilma Rousseff ontem. Segundo a justificativa do veto, o projeto de lei (PLC 57/2013) deixava muito amplo o conceito de “veículos automotores destinados a executar trabalhos agrícolas”, o que seria contrário ao interesse público.

O projeto altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997) para livrar tratores e demais máquinas agrícolas de despesas burocráticas que chegavam a 3% do valor do bem. Ele foi aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em abril e seguiu para a sanção, uma vez que a iniciativa era da Câmara.

À época, a relatora na Comissão de Agricultura (CRA), Ana Amélia (PP-RS), considerou a proposta de grande importância por proporcionar redução de custos com significativa contribuição para o aumento da competitividade do agronegócio brasileiro.

PEC dos agentes de trânsito ganha tramitação rápida

O Senado aprovou ontem calendário especial de tramitação para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 77/2013, que cria a carreira dos agentes de trânsito no sistema de segurança pública. Pelo novo regime de tramitação, a PEC poderá ser votada mais rapidamente.

A aprovação do texto tem sido reivindicada por representantes da categoria em visitas ao Senado. A proposta inclui um parágrafo no artigo 144 da Constituição, que trata da estruturação do sistema de segurança pública. Prevê que a segurança viária compreende educação, engenharia e fiscalização de trânsito, com o objetivo de garantir ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente.

De autoria do deputado Hugo Motta (PMDB-PB), a proposta recebeu, no Senado, relatório favorável do presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Vital do Rêgo (PMDB-PB). Ele disse que a PEC vai reduzir os congestionamentos.

Genildo Migeal/Agência Senado

Marcos Oliveira/Agência Senado

Genildo Migeal/Agência Senado

Empreendimentos de infraestrutura e de integração produtiva serão beneficiados, segundo proposta que segue para votação na Comissão de Assuntos Econômicos

Avança texto de incentivos à América do Sul

OS PROJETOS DE desenvolvimento integrado da América do Sul poderão receber incentivos fiscais, creditícios e financeiros, segundo projeto (PLS 726/2011) aprovado ontem na Comissão de Relações Exteriores (CRE). O texto, que segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), é um substitutivo de Roberto Requião (PMDB-PR), vice-presidente do Parlamento do Mercosul (Parlasul).

O projeto cria o Conselho Nacional de Integração Regional, que vai escolher os projetos de integração produtiva e os empreendimentos de infraestrutura que poderão receber os incentivos. Os principais critérios para recebimento serão responsabilidade fiscal e social, desenvolvimento integrado do continente sul-americano, aumento da competitividade das economias, uso racional e sustentável dos recursos naturais, estímulo à qualificação de mão de obra, promoção do desenvolvimento social das comunidades envolvidas e proteção ao meio ambiente.

— É uma iniciativa brasileira que, esperamos, seja replicada nos demais países sul-americanos — disse Requião.

Por meio da integração produtiva, observou o relator, pretende-se romper o “paradigma tradicional de exploração e exportação de recursos naturais in natura”. O senador reconheceu que, em algumas situações, como entre 2005 e o início da crise



Autor da proposta, Roberto Requião espera que iniciativa brasileira seja replicada pelos outros países sul-americanos

financeira global, em 2008, grandes exportações, principalmente para a China, podem gerar acumulação de reservas pelos países vendedores de commodities. Essas situações, porém, não duram muito tempo, alertou, por causa da “crônica tendência” de deterioração de preços relativos das commodities minerais.

— A industrialização é fundamental para a geração de empregos de qualidade, para indução de uma estrutura de fornecedores e uma cadeia de serviços e para maior geração e disseminação da renda — afirmou Requião.

Integrantes

O conselho a ser criado, segundo o projeto, será composto por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; do Transporte; da Fazenda; de

Minas e Energia; e do Planejamento. Também participariam representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Casa Civil da Presidência da República, do Banco do Brasil e do Parlamento do Mercosul.

Caberá ao conselho definir anualmente os empreendimentos de integração prioritários para recebimento dos incentivos. Eles deverão ser destinados a ampliar a integração mediante projetos de infraestrutura ou de integração produtiva. Os projetos de infraestrutura deverão fazer parte da carteira de projetos do Conselho de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), da União dos Países Sul-Americanos (Unasul) ou ser definidos como prioritários pelo Mercosul ou pela Unasul.

Na presidência dos trabalhos, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) elogiou o relator

do projeto, a quem classificou de “uma das pessoas mais interessadas na verdadeira e real integração da América do Sul”. Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que a integração produtiva dos países sul-americanos foi um dos principais objetivos da cria-

ção do Mercosul — “mas até agora nada foi feito”, lamentou. Por sua vez, Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou seu apoio ao projeto e observou que o texto ainda será examinado pela CAE.

Por iniciativa de Requião, haverá um debate sobre a integração regional com representantes da Casa Civil e dos Ministérios do Planejamento e das Relações Exteriores. Serão convidados a participar os senadores que integram a CRE e a CAE, próxima comissão por onde tramitará o projeto.

— Com essa proposta, não ficaremos de vítimas da crise financeira, mas como protagonistas de uma solução — apostou Requião.

O substitutivo elaborado pelo relator foi não apenas ao PLS 726/2011, mas também ao PLS 232/2011, de conteúdo semelhante, apresentado por Paulo Paim (PT-RS).

Projeto de resolução cria grupo parlamentar Brasil-Irlanda

Na reunião, a CRE aprovou também o Projeto de Resolução do Senado 6/2014, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Irlanda. O relator foi Cristovam Buarque (PDT-DF).

Foram aprovados ainda dois requerimentos. O primeiro (707/2013), de Randalfe Rodrigues (PSOL-AP), determina voto de aplauso

ao Ministério das Relações Exteriores pela negociação de acordo que permitiu a atuação de médicos cubanos no Brasil. A relatora foi Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A senadora também foi relatora do segundo requerimento aprovado (1.236/2013), de voto de pesar pelo falecimento do general vietnamita Giap, em outubro de 2013.

Valdir Raupp ressalta melhoria dos resultados da balança comercial

Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou a melhoria dos resultados da balança comercial, ressaltando que, em abril, o país exportou US\$ 226 milhões a mais do que importou.

O senador afirmou que isso se deve especialmente às exportações agrícolas, que subiram quase 20% e ajudaram a reduzir o déficit no ano.

— As nossas exportações estão melhorando e a tendência é inverter essa curva e exportarmos muito mais do que importarmos — disse.

Raupp acrescentou que a chamada conta petróleo caminha para o equilíbrio, com queda

nas importações. Além disso, em abril, a entrada de capital estrangeiro no país chegou a US\$ 8 bilhões, bem mais que os US\$ 4,9 bilhões registrados em março.

O senador também citou o aumento do emprego formal no interior, especialmente no agronegócio.



Senador destaca o aumento do emprego formal no interior do país

Suplicy protesta contra perseguição à Comunidade Bahai no Irã

Líderes bahais estão presos há seis anos em condições desumanas devido à perseguição religiosa contra a Comunidade Bahai no Irã, disse Eduardo Suplicy (PT-SP). Segundo o senador, o governo iraniano tem imputado aos bahais, sem fundamento, vários crimes contra o Estado e a religião islâmica. Suplicy pediu ao governo brasileiro que abra negociações com o Irã sobre o tema, que tem provocado protestos no mundo todo.

— Os bahais são oprimidos, presos, torturados e mortos por um estado permanente de injustiça, que torna crime o direito à liberdade de crença, de

culto, de reunião, de ingressar em universidades do país, de receber aposentadoria e de ver seus lugares sagrados; que faz a comunidade ter seus bens móveis e imóveis arbitrariamente confiscados.

Suplicy lembrou ainda o ex-deputado Luiz Gushiken (1950–2013), do PT, adepto da religião bahai.



Líderes bahais iranianos estão presos há seis anos, relata Suplicy

Collor: mídia reconhece que impeachment foi apenas político

Fernando Collor (PTB-AL) comentou a repercussão na mídia da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que o absolveu definitivamente e por unanimidade de acusações que provocaram seu afastamento da Presidência da República, em 1992. O senador disse que a imprensa reconhece que o julgamento foi político, mas ainda alega que as acusações prescreveram. Collor assegurou que nunca houve protelação e que, se houve demora, foi por culpa da morosidade da Justiça.

— A conclusão óbvia é de que o impeachment, na prática, configurou um golpe parlamentar, já

que se baseou em elementos juridicamente inaceitáveis, suposições, elucubrações, conjecturas, mentiras mais uma vez demonstradas.

Para Collor, sua absolvição implica a necessidade de uma revisão da história, pois o impeachment se deu por julgamento político, e não por crime de corrupção.



Collor diz que julgamento demorou por conta da lentidão da Justiça